

Nestes termos, atendendo ao estipulado na alínea a), do n.º 1 do artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 376/84, de 30 de novembro:

DECLARO, ao abrigo dos poderes conferidos pelo Despacho n.º 8142-A/2013, de 20 de junho, publicado no DR n.º 118, II Série, de 21 de junho, e nos termos da lei, a CADUCIDADE do alvará n.º 263, de 14 de agosto de 1952, bem como da carta de estanqueiro n.º 2828, de 2 de outubro de 1986, porquanto a atividade titulada por esta última está dependente da renovação do referido alvará, encontrando-se, deste modo, vedado o exercício da atividade de fabrico e comércio de produtos explosivos a “José Martins Basto”.

Não tendo, o titular dos alvarás procedido à entrega dos originais do alvará n.º 263 e da carta de estanqueiro n.º 2828, foi o mesmo notificado pessoalmente que lhe ficou vedado o exercício da atividade de fabrico e comércio de produtos explosivos, bem como da obrigação de proceder à entrega dos referidos alvarás no Departamento de Armas e Explosivos (DAE) da PSP.

Ficando, ainda, obrigado a proceder à remoção de todos os produtos explosivos que se encontrem no estabelecimento, sito no Lugar de Crasto, freguesia de Ponte (S. Vicente), concelho de Vila Verde, distrito de Braga, no prazo que for estipulado para o efeito, sob pena de, em caso de incumprimento, incorrer no crime de desobediência, p.p. no artigo 348.º do Código Penal, com pena de prisão até um ano ou pena de multa até 120 dias, em caso de desobediência simples ou, em pena de prisão até 2 anos ou pena de multa até 240 dias, no caso de desobediência qualificada.

Atendendo a que a proprietária - Maria Delfina Guedes - se pronunciou no âmbito do procedimento encetado pela PSP, para efeitos de renovação dos alvarás em apreço, foi acautelada a sua notificação, ficando, por isso, também ela ciente de que se encontra vedado o exercício das atividades que tais documentos titulavam, pese embora os alvarás se encontrem, por arrendamento, em nome de “José Martins Basto”.

29 de novembro de 2013. — O Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Administração Interna, *Fernando Manuel de Almeida Alexandre*.

207437634

Secretaria-Geral

Despacho n.º 15995/2013

Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 23.º do Estatuto do Pessoal Dirigente, aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, para efeitos de eventual renovação da comissão de serviço, os titulares dos cargos de direção intermédia, darão conhecimento do termo da respetiva comissão de serviço ao respetivo dirigente máximo, com a antecedência mínima de 90 dias.

Considerando que a dirigente em apreço cumpriu o estipulado quanto ao termo da comissão de serviço e apresentou o relatório de demonstração das atividades prosseguidas e resultados obtidos, o qual foi objeto de análise circunstanciada;

Considerando que no exercício do cargo alcançou bons resultados e demonstrou capacidades de liderança, de gestão e compromisso com o serviço público, com respeito pelas normas jurídicas, éticas e deontológicas;

Torno público, que por meu despacho de 21 de novembro de 2013, proferido ao abrigo do n.º 1 do artigo 24.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, foi renovada a comissão de serviço da licenciada Teresa Maria Alvarez Lima Costa no cargo de Diretora de Serviços de Planeamento, Controlo e Inovação.

29 de novembro de 2013. — A Secretária-Geral do Ministério da Administração Interna, *Nelza Florêncio*.

207434637

Cofre de Previdência da Polícia de Segurança Pública

Édito (extrato) n.º 533/2013

Nos termos do artigo 30.º do estatuto deste Cofre de Previdência da Polícia de Segurança Pública, aprovado pela Portaria 18 836, de 24 de novembro de 1961, corre édito, por 30 dias, a contar da data da publicação deste anúncio, convidando herdeiros habéis, de harmonia com o artigo 25.º do estatuto, que se julguem com direito aos subsídios,

por morte, legados pelos subscritores falecidos abaixo mencionados, a apresentarem documentos justificativos desse direito.

N.º 379 — Francisco Manuel Ramires Gonçalves.

N.º 411 — Manuel Oliveira.

N.º 2221 — Manuel Duarte Ferreira.

N.º 2356 — António Júlio Gonçalves.

N.º 2475 — Abel Correia Almeida Vaz.

N.º 2891 — Victor Vieira de Medeiros.

N.º 3311 — José Patrocínio Antunes Rijo.

N.º 3339 — Elvino Batalha Antunes.

N.º 4290 — Raúl Santos Silva.

N.º 4638 — José de Oliveira Chaveiro.

N.º 5329 — Francisco da Silva Oliveira.

N.º 6420 — António Rosa Alves.

N.º 7248 — Gaspar Jaime Lagoa.

N.º 8683 — Armando Santos.

N.º 9458 — António Nascimento.

N.º 9506 — António Batista Rodrigues.

N.º 10038 — José Marques Bastos.

N.º 13453 — António Resende Rego.

N.º 15456 — José Pinheiro Magalhães.

N.º 15512 — António Santos Barreira.

N.º 15749 — Avelino Alberto de Magalhães.

N.º 15766 — Mário Pinheiro.

N.º 16109 — Anselmo Joaquim Melo.

N.º 16257 — Ernesto Rodrigues Costa.

N.º 16277 — Alvarinho Araújo de Abreu.

N.º 16715 — Manuel Minguéns Maria.

N.º 17165 — Manuel Custódio Martins.

N.º 18058 — Luís Carlos Saraiva Clara.

N.º 19726 — João António Frade.

N.º 20274 — Jorge Manuel Pereira Alemão.

N.º 22490 — Manuel Joaquim.

N.º 22653 — Fernando Alves Teixeira.

N.º 23000 — João Augusto Violas.

N.º 24791 — Mário Delfim Peixoto.

N.º 24929 — Ramiro Nunes Ribeiro.

N.º 25764 — Elvino Augusto Garcia Cardoso.

N.º 27505 — Jorge Manuel Marques Cardoso.

N.º 30948 — Fernando Paulo Tábuas Pacheco.

N.º 34531 — José Manuel Marques Teixeira Santos.

N.º 41823 — Pedro José Carvalho Salgueiro.

28 de novembro de 2013. — O Secretário-Geral, *Jorge Filipe Guerreiro Cabrita*, superintendente.

307433008

Polícia de Segurança Pública

Direção Nacional

Despacho (extrato) n.º 15996/2013

Por despacho de 6 de novembro de 2013, de Sua Ex.^a o Diretor Nacional e por terem cessado os fundamentos de suspensão da eficácia, é nomeado na categoria de Chefe Principal, através de procedimento concursal n.º 1/2012, o Chefe M/131419 — António Manuel Pires Sardinha, da Polícia Municipal de Lisboa, ocupando o seu lugar n.º 234.º, na Lista de Classificação Final do Concurso, com efeitos reportados a 18 de abril de 2013, considerando a exceção prevista no n.º 4, do Artigo 35.º, da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro.

28 de novembro de 2013. — O Diretor do Departamento de Recursos Humanos, *Manuel João*, técnico superior.

207436168

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Direção-Geral da Administração da Justiça

Despacho (extrato) n.º 15997/2013

Por meu despacho de 29 de novembro de 2013:

Ernesto José Ribeiro Pimentel, Escrivão Auxiliar do Tribunal de Comarca de Felgueiras — autorizada a permuta para idêntico lugar do Tribunal de Comarca de Santo Tirso;